

# Parceria entre economia solidária e poder público: avanços e desafios da Coopersil

**Partnership between social economy and the city government: advances and challenges of COOPERSIL**

Joseane Lima<sup>1</sup>

Luis Miguel Luzio dos Santos<sup>2</sup>

Thayla Emanuelle Ferreira<sup>3</sup>

## Resumo

Enquanto o crescimento econômico atinge patamares de destaque em todo o Brasil, uma quantidade expressiva de habitantes ainda luta pela simples sobrevivência. Uma das propostas que mais se vêm destacando na perspectiva da inclusão social têm sido as iniciativas de economia solidária que se apresentam sob o formato de cooperativas de autogestão, compostas por desempregados ou subempregados que veem nestas experiências a possibilidade de geração de trabalho e renda. O presente estudo propõe-se a levantar o contexto, perfil, desafios e perspectivas dos integrantes da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina (Coopersil) que se encontra no início de suas atividades. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se baseou em documentos e entrevistas junto aos principais líderes das associações que deram origem à cooperativa. Pode-se perceber a enorme carência de recursos, inclusive de informação, mas são inegáveis os avanços já alcançados com a formação da cooperativa, em especial a parceria com a Prefeitura Municipal de Londrina que garante a viabilização das atividades e uma melhoria da renda destes trabalhadores.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Cooperativismo Popular; Catadores de Materiais Recicláveis.

## Abstract

While economic growth reaches heights of prominence throughout Brazil, a significant amount of people still struggle for simple survival. One proposal that is most often underlined in the perspective of social inclusion initiatives have taken social economy which are presented in the form of cooperative self-management, composer for unemployed or underemployed who see in these experiments the possibility of generating employment and income. The present study proposes to raise the connection profile, challenges and prospects of members of the Cooperative for Recyclable Materials and Solid Waste Londrina (Coopersil) which is the beginning of their activities. This is a qualitative research, which was based on documents and interviews with key leaders of associations that led to the cooperative. You can see the enormous lack of resources, including information, but are undeniable advances already achieved with the formation of the cooperative, particularly the partnership with the City of London that guarantees the viability of the activities and improving the income of these workers.

**Key words:** Social Economy; Cooperative popular; Recyclable Materials.

1 Funcionária da Secretaria de Assistência Social do Município de Londrina, Paraná, Brasil. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil. E-mail: joseanelima@hot.com

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina – PPGA/UEL, Brasil. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-S, Brasil e mestrado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil.

3 Profissional recém-formada em atuação no projeto “Rede de Comercialização e Apoio a Produtos e Serviços de Organizações de Socioeconomia da Universidade Estadual de Londrina - PROSOL/UEL, Brasil. Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil.

## Introdução

O Brasil é um dos países que mais se tem destaca pelo crescimento de sua economia e tem dentro desse cenário o grande desafio de conseguir aproveitar o momento favorável para corrigir distorções sociais históricas que condenaram milhões de brasileiros à exclusão absoluta em relação aos bens de consumo básicos e às benesses da vida moderna. Incorpora-se, ao desafio de conseguir crescer com desenvolvimento social, a necessidade de incluir nessa equação o equilíbrio ambiental, ameaçado por um modelo de crescimento econômico desorganizado e predatório.

A história brasileira foi construída sob uma racionalidade em que as elites econômicas se perpetuaram ao longo dos séculos, apoderando-se do Estado como uma extensão dos seus próprios domínios individuais. Essa aliança entre poder econômico e político gerou uma das mais injustas sociedades do mundo, em que nem mesmo as condições naturais privilegiadas conseguiram garantir um mínimo de bem-estar para boa parte da população. Assistiu-se a um processo de apoderação contínuo que fez com que as imensas potencialidades nacionais ficassem concentradas nas mãos de um número extremamente reduzido de pessoas, condenando os demais a uma condição de subserviência crônica e de exploração contínua, num ciclo vicioso que se reproduziu ao longo da história.

A interação entre homem e natureza e, mais ainda, entre economia e meioambiente sempre foi vista numa relação de subordinação do segundo ao primeiro, valendo a tese de que para o primeiro avançar haveria a necessidade de explorar o segundo até ao seu limite máximo. As condições privilegiadas do Brasil fizeram com que o meio ambiente fosse percebido como inesgotável e que deveria ser conquistado tendo-se em vista o crescimento econômico e o progresso. Esta lógica perdurou ao longo de toda a nossa história e somente agora começa a ser questionada e a enfrentar as suas mais fortes resistências, o que forçou o debate e a mobilização da opinião pública em torno da necessidade de pensar um novo modelo de

desenvolvimento partindo-se de recursos limitados e capazes de incorporar a dimensão socioambiental de forma sustentável.

Quando se analisamos os problemas que afligem a maioria das nossas cidades e por consequência o próprio país, verifica-se a difícil tarefa de conseguir trabalhar com soluções que possam atender às três demandas – econômica, social e ambiental, de forma simultânea, havendo geralmente, um trabalho em frentes autônomas e isoladas que fazem com que haja um gasto excessivo de recursos e em que o avanço numa das dimensões implica invariavelmente o comprometimento das demais. Um exemplo clássico relaciona-se ao gerenciamento do lixo, em que, na maioria dos casos, os resíduos urbanos são despejados em aterros sanitários já saturados, constituindo-se em problemas ambientais crônicos.

Diante disso, vêm surgindo alternativas variadas que tentam equacionar a questão ambiental com a dimensão econômica e social. As iniciativas de seleção, reciclagem e reaproveitamento de materiais têm ganhado destaque em todo o Brasil e tem-se tornado uma fonte importante de trabalho e renda para contingentes de pessoas de baixa renda, desempregados ou subempregados que veem nestas atividades a única garantia de sobrevivência.

A cidade de Londrina apresenta um quadro que se assemelha a muitas outras cidades brasileiras de rápido crescimento, ou seja, conta com um número expressivo de pessoas que não conseguem ingressar no mercado de trabalho e que veem, na atividade de coleta de resíduos sólidos para reciclagem, a única alternativa de sobrevivência, submetendo-se a condições de trabalho de extrema precariedade e baixa remuneração. Esta é uma realidade de longa data que teve início com trabalhadores que exerciam, suas atividades, de forma autônoma e desorganizada, passando posteriormente a se organizar em associações de catadores de papel, e conquistando melhoria na força de mobilização, notoriedade e autoestima.

Esses trabalhadores desempenham um papel de extrema relevância ambiental ao contribuir para a minimização do acúmulo de resíduos, que até então, eram destinados integralmente ao aterro sanitário da

cidade passando assim, a ser selecionados para reciclagem. Esta realidade se dá num momento importante em que se estabelece uma proximidade entre o poder público e os catadores de resíduos sólidos da cidade, os quais, ao se organizarem em forma de cooperativa, possibilitaram a formalização de um convênio de parceria entre eles e a prefeitura do município.

O presente artigo propõe-se a apresentar o contexto e o perfil dos integrantes da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina (Coopersil), o seu processo de formação, suas principais dificuldades, perspectivas e avanços alcançados

Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória do tipo qualitativa. O estudo foi realizado no período entre julho de 2009 e março de 2010. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram pesquisas documentais, como estatutos internos, atas das organizações, periódicos, principalmente os dois principais jornais da cidade de Londrina, observação direta junto às entidades. Desenvolveram-se entrevistas semiestruturadas junto aos 15 dirigentes das associações que formaram a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina (Coopersil).

## **Da exclusão à organização**

Como contraponto a todo desenvolvimento econômico e tecnológico proporcionado pelo modelo globalizado das últimas décadas que impulsionou os processos produtivos e que resultou em abundância sem igual, assiste-se ao agigantamento das desigualdades sociais e da exclusão de milhões de pessoas ao redor do mundo, o que cria um quadro dominado por extremas contradições que colocam em questão os avanços e conquistas, alcançados ao longo da história, e o próprio conceito de desenvolvimento.

Com os contínuos avanços nos processos produtivos, assiste-se ao uso intensivo de tecnologia em substituição ao trabalho humano, o que levou a um acelerado processo de desemprego ou de precarização do trabalho, refletido no alto índice

de informalidade e de subemprego em todo o mundo. Esse fenômeno tem ampliado os níveis de pobreza e dificultado os avanços sociais, num jogo de forças desproporcional em que o fator trabalho vê-se enfraquecido e desprestigiado (SINGER 1998).

Como reação a todo esse processo de desenvolvimento que exclui um contingente cada vez mais numeroso de pessoas, que se agrava com a concentração produtiva em poucas regiões do globo, crescem as formas de geração de trabalho e renda que se apoiam em atividades informais. De acordo com Grayson e Hoges (2002, p. 60), “a economia informal dá meios de vida àqueles que não conseguem ingressar no setor formal. Por outro lado, perpetua a pobreza, pois raramente proporciona recursos suficientes para viver com dignidade ou prover a educação dos filhos”.

Sousa Santos (2005) reforça a argumentação dos demais autores ao apontar o atual modelo econômico como responsável por condenar milhões de pessoas à miséria absoluta, ampliar a distância entre ricos e pobres e de criar formas de sociabilidade empobrecidas, ao se pautar unicamente por aspectos financeiros, além do mais é incompatível com o equilíbrio ambiental.

Diante de um cenário conturbado e repleto de desafios, novas formas de associativismo vêm ocupar um papel de destaque na organização de cidadãos vitimados pela estrutura socioeconômica das últimas décadas e torna-se um mecanismo importante de enfrentamento do desemprego e do subemprego ao se transformarem esforços isolados em iniciativas compartilhadas, potencializando-se a capacidade de transformação social de grupos de baixa renda e isso pode gerar iniciativas de trabalho e renda coletivos por parte das classes populares, como esclarece Singer:

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER, 2000 p.25).

Paul Singer caracteriza a economia solidária como fruto do anseio de construir uma sociedade melhor do que a que encontramos hoje. É por este motivo, a economia solidária adapta-se aos princípios e valores de quem a aplica, razão por que não há uma homogeneidade no modelo conceitual, mas diferentes experiências convivendo lado a lado. Para o autor, esta diferença nos conceitos é positiva, pois estimula a troca de idéias entre múltiplas propostas;

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo (SINGER, 2005 p.83)

Neste estudo, interessa analisar as cooperativas de trabalho que se caracterizam pela união de pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente e que apresenta as suas próprias particularidades. Singer (2005) caracteriza duas formas de cooperativas de trabalho. A primeira se origina de iniciativas de trabalhadores marginalizados, como os catadores de materiais recicláveis, sem chance de obter emprego regular. A segunda de trabalhadores em perigo de perder o trabalho que possuem, como é o caso dos trabalhadores de empresas em crise, que se organizam em cooperativas ora para tentar recuperar a sua ex-empregadora (comprando-a com seus créditos trabalhistas), ora para disputar o mercado de serviços terceirizados, tendo como arma sua proficiência profissional.

Formam, também, cooperativas de trabalho, trabalhadoras e trabalhadores em condições de extrema pobreza, que sobrevivem vendendo seus serviços individualmente e tentam obter melhores

condições de ganho unindo-se em forma de cooperativas de trabalho, tornando-se esta uma estratégia na luta contra a pobreza e o desemprego.

Segundo Queiroz (1997), as cooperativas de trabalho independente de sua área de atuação possuem três objetivos em comum:

a) melhoria de renda de seus associados, ao se valorizar o trabalho e conseguir-se uma melhor negociação quanto à remuneração. O sistema cooperativo, ao respeitar os seus princípios fundamentais, devolve o excedente gerado pelo trabalho coletivo aos seus associados, na mesma proporção da quantidade e da qualidade do serviço prestado o que tende a conduzir a uma maior justiça social;

b) melhoria das condições de trabalho, já que estas tendem a melhorar na medida em que as cooperativas transformam empregados em associados, os quais determinam, em comum e de forma democrática, as regras de atuação da cooperativa. Os direitos dos trabalhadores são garantidos de forma estatutária, visando-se resguardar, sempre, a predominância do trabalho sobre o capital;

c) melhoria da produção dos trabalhadores, visto que, ao se tornarem associados, eles passam a ser autogestores de suas próprias atividades, tendo maior empenho e responsabilidade sobre as próprias ações e resultados.

Conforme os objetivos expostos anteriormente, percebe-se que as cooperativas de trabalho se caracterizam como um tipo de sociedade distinta, em que o valor principal de sua existência não segue a ordem mercantilista – de maximização do lucro – mas sim a melhoria de vida do trabalhador que deixa de ser um empregado limitado as suas funções e se torna um associado que gerencia todo o processo e dele participa. O resultado do empenho de cada trabalhador reflete-se no todo organizacional, e o esforço de todos resulta em benefícios para cada um.

Porém, há que se levar em conta que existem inúmeras modalidades de cooperativismo que não estão vinculadas à economia solidária e em razão disso elas têm de ser analisadas sob diferentes perspectivas. A partir da contribuição

de Lima (1998, p.4) alerta-se para alguns tipos de cooperativas que fogem à essência das iniciativas de economia solidária, como as “Cooperfraudes” ou “Pseudocooperativas”: Na experiência brasileira, essa forma de cooperativa é um negócio organizado por empregadores que direcionam toda forma de contratação de mão-de-obra servindo-se de tais cooperativas de prestação de serviços, as quais, porém, são organizadas pelos representantes dos empregadores. Os trabalhadores são contratados sem garantias trabalhistas e recebem remuneração reduzida, o que é ilegal. Esse modelo de contratação intensifica os processos de precarização das condições de trabalho e contribui para a constituição de experiências negativas na história do cooperativismo no Brasil.

Como se pode verificar, o cooperativismo, assim como a economia solidária, apresentam diferentes configurações em seu seio. A economia solidária, em especial, possui vocação e posicionamentos ainda em processo de construção, o que lhe dá um forte caráter experimental. Nesse sentido, ressaltam-se diferentes posicionamentos das iniciativas de economia solidária e algumas das alternativas mais comuns de viabilidade dessas experiências, como se esclarece: 1- podem vir a suprir uma necessidade da própria comunidade onde elas estão inseridas e, ao mesmo tempo, gerar trabalho e renda para alguns dos seus membros; 2- aproveitam-se de nichos de mercado que não necessitam de grande escala de produção para se viabilizarem, apoiando-se na diferenciação e na customização de produtos e serviços; 3- agrupam esforços, antes individuais, num processo de produção conjunta capaz de gerar escala e complementaridade; 4- posicionam-se como fornecedoras ou parceiras prioritárias do Estado.

Este estudo vem apresentar, de forma particular, uma experiência que se baseia na parceria entre uma organização de economia solidária e um governo municipal. A estratégia de enfrentar a exclusão mediante o modelo de produção preconizado pela economia solidária encontra eco na abordagem de Rosângela Barbosa (2007), que alerta para o risco de se querer transferir para o

trabalhador toda a responsabilidade por sair da pobreza, quando a sua exclusão faz parte de um problema estrutural histórico e dessa forma torna-se incoerente e injusto querer individualizar a responsabilidade por problemas construídos pela sociedade num processo coletivo.

## **O contexto da reciclagem em Londrina**

Conforme matéria publicada no Jornal de Londrina de 22 de janeiro de 2009, na década de 1990, aproximadamente 80 pessoas passavam o dia no aterro sanitário da cidade de Londrina a recolher materiais descartados pela população os quais passavam a ser reaproveitados para reciclagem. O trabalho era feito de forma degradante e insalubre, expondo-se os catadores a um ambiente fétido e causador de inúmeras doenças. Este quadro inspirou a criação do Programa de Coleta Seletiva do Município de Londrina, em 14 de novembro de 1996, pela Autarquia Municipal do Meio Ambiente – AMA, atual Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. No início, a coleta abrangia apenas 5% da área urbana do município e coletava-se cerca de 4 toneladas por dia de materiais recicláveis.

Desde 1988, a Promotoria do Meio Ambiente exigia que os catadores fossem retirados do aterro, em cumprimento ao TAC – Termo de Ajuste e Conduta firmado com o Ministério Público. Esse tratado só entrou em vigor, efetivamente, no ano de 2001, em decorrência da morte de um catador, dentro do lixão, soterrado pelos caminhões e tratores que trabalhavam no local enquanto ele dormia. Em decorrência do Compromisso e Ajustamento firmado com o Ministério Público para a retirada dos “garimpeiros” do aterro, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU/LD - propôs a formação de associações de recicladores que passaram a utilizar o sistema porta a porta para realizar a coleta seletiva. Surgiu assim o Programa de Coleta Seletiva “Reciclando Vidas”.

Em 2002, foi fundado o Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem de Resíduos Sólidos de Londrina, sob o nome fantasia de Central de Pesagem e Vendas – CEPEVE, com a

função de prensar os materiais das associações que não dispunham de prensa e acumular um volume de material suficiente para elas alcançarem um melhor preço de comercialização. A CMTU forneceu às associações, através de empresa terceirizada, os caminhões, equipe de guarnição, sacos plásticos verdes, carrinhos manuais, prensas de papel, trituradores de vidro e de plástico, balança digital, postos de entrega voluntária, capas de chuva e camisetas.

O trabalho das associações seguiu um procedimento padrão que garantisse que os serviços atenderiam as demandas da cidade. Primeiramente, cada associação, na região de sua responsabilidade, distribuiria sacos plásticos verdes e panfletos com informações sobre a coleta seletiva, além de agendar com o morador o dia em que seria realizada a coleta. Nos dias previamente agendados, os membros da associação passariam de casa em casa para recolher os sacos plásticos verdes com o material reciclável, substituindo-os por outros vazios. Logo após, o material passaria a ser conduzido ao centro de triagem onde se daria a pesagem, em seguida era tratado e depois vendido para intermediários.

A experiência do programa de coleta seletiva “Reciclando Vidas” foi uma das primeiras iniciativas deste tipo no país. Apesar de não estar vinculado ao Programa Municipal de economia solidária, o programa atendia aos princípios desta modalidade de economia, já que o trabalho realizado se dava de forma coletiva e os rendimentos eram divididos entre todos de forma equitativa. Esta iniciativa baseava-se no modelo de administração participativa, ou seja, adotava-se a autogestão, a cooperação e a solidariedade. Até meados de 2009 existiam 35 associações de recicladores em atuação no Município de Londrina, integrando aproximadamente 300 pessoas.

## **Antes da COOPERSIL**

Durante o mês de agosto de 2009, antes da formação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina – Coopersil -foram entrevistados os coordenadores

das 15 associações que passaram a ser integradas à cooperativa de forma a levantar as principais características dessas entidades isoladamente e poder avaliar as expectativas em relação à nova configuração administrativa e jurídica de que passam agora a fazer parte.

Nas 15 associações pesquisadas, a média mensal de renda de cada trabalhador girava em torno de R\$ 270,00; apenas uma das associações apresentava um rendimento superior a esse valor e girava em torno de R\$ 500,00. Esta diferença é justificada pelo fato de que a referida organização recebeu verba de uma instituição internacional, o que possibilitou a construção de um barracão próprio e a compra de uma prensa. Dessa forma, não pagavam aluguel e conseguiam maior preço de venda para o seu produto.

Verifica-se que o rendimento dos integrantes das diferentes associações pesquisadas era bastante limitado, bem abaixo do salário mínimo nacional, constituindo-se fator desestimulante das atividades, conforme foi constatado nas entrevistas com os associados, e tornou-se um dos principais motivos para a formação da cooperativa. Espera-se que com a criação desta os ganhos aumentem e proporcionem a todos os integrantes o crescimento da renda além de melhores condições de trabalho. Esta posição vem ao encontro do que refere Cruzio (2000) ao afirmar que a melhora dos rendimentos é um dos principais objetivos do trabalhador quando busca se organizar em forma de cooperativa e isso se dá em virtude da eliminação de atravessadores.

Substituem a figura do intermediário, pois fazem a ligação entre o tomador de serviço e o associado; eliminam a figura do atravessador uma vez que o associado produz, e ele mesmo vende sua produção diretamente ao consumidor; negociam melhores preços, reduzem custos da produção ou aqueles decorrentes da prestação de serviços por terceiros (CRUZIO, 2000 p. 21).

O autor também alerta para a necessidade de entender que um maior ganho proporcionado pela cooperativa não se deve limitar a maiores retiradas mensais pelos trabalhadores, mas deve também

ser reinvestido no empreendimento como forma de gerar maior vigor e potencialidade econômica.

O volume de materiais coletados por dia pelas associações pesquisadas apresentou uma certa uniformidade, ainda que o número de integrantes de cada organização seja desigual. Já que 12 associações coletavam mais de 450kg por dia, enquanto as outras 3 coletavam entre 350 e 450kg. Algo que acontecia com frequência entre as associações era a doação de materiais umas às outras, pelo fato de algumas destas não terem como estocar todo o material recolhido.

De acordo com os representantes das associações entrevistados, as principais dificuldades enfrentadas para a realização das tarefas rotineiras eram as instalações inadequadas e a falta de equipamentos apropriados para a coleta. Estes problemas existiam porque o espaço físico e as estruturas das associações eram inadequados para separação e armazenamento dos materiais recolhidos, além da falta de equipamentos próprios para coleta do material, o que fazia que houvesse uma dependência crônica de caminhões da prefeitura.

Em relação às sedes em que estavam instaladas as diferentes associações existiam várias situações adversas. Algumas encontravam-se localizadas em barracões pequenos geralmente insuficientes para o armazenamento e separação do material coletado, outras funcionavam na residência de algum dos membros, constituindo-se sério problema para a saúde da família e dos vizinhos. Ressalta-se ainda a localização inadequada de muitas das sedes das associações dificultando a logística das atividades, ressalta-se, o caso de uma associação que se estabeleceu em fundo de vale, o que acarretava sérios problemas ambientais.

Todas as associações possuíam, para regularizar as suas atividades, um regimento interno, que definia que o coordenador deveria ser escolhido através de votação direta. Entretanto, a maioria declarou que a escolha do líder era baseada em critérios que se afastavam do regimento, como o "maior tempo de casa", maior grau de escolaridade ou disposição para assumir responsabilidades. Pôde-se verificar que havia uma forte restrição por

parte de boa parte dos integrantes das associações em assumir posições de maior responsabilidade e destaque.

## **Sobre a gestão**

Todas as associações estudadas apresentavam uma formalização bastante precária, não condizente com as tarefas desenvolvidas, inclusive com a atividade comercial. Não recolhiam impostos nem utilizavam nota fiscal. O único meio de mensurar as entradas e saídas era através de recibos. Todos os controles gerenciais eram incipientes e se limitavam a cadernos em que eram anotadas as principais informações e serviam de registros para a tomada de decisão e o acompanhamento das atividades ao longo do tempo. Não havia controle efetivo em relação à quantidade de materiais coletados diariamente e a quantidade vendida; tudo era realizado por controles pessoais, sem padronização e sem ferramentas apropriadas de registro. Pôde-se perceber facilmente uma carência em relação aos conhecimentos e técnicas administrativas mais básicas, como atesta Tenório (1997, p. 25), "as ONG's exercem a gestão tendo por base a intuição e o bom senso, carecendo de embasamento técnico em administração".

Sobre o relacionamento entre os membros das diferentes associações, todos os representantes entrevistados declararam existir um bom relacionamento interpessoal e que isso ajudará no desenvolvimento da cooperativa. Estes ressaltaram haver um sentimento de solidariedade, por terem todos a mesma origem e serem, em muitos casos, parentes ou vizinhos, fator que os aproxima naturalmente e auxilia na coesão do grupo e na consolidação das relações de confiança.

Sobre a participação nas decisões que são tomadas cotidianamente e que envolvem todos os membros, percebe-se que existiam mecanismos de participação efetivos, já que há unanimidade nos relatos, isto é, de que existe espaço para todos opinarem e darem sugestões para a condução das atividades. Porém, há que se levar em conta os aspectos não formais e até subjetivos existentes na maioria dos grupos pesquisados. Isso parece fazer

com que alguns membros possuam maior poder de influência sobre os demais, havendo distorção da relação democrática que a princípio parecia existir.

Dos 15 entrevistados 13 destes responderam que sabiam o que era cooperativismo e quais os seus princípios básicos de funcionamento, no entanto o que se percebe é que existe uma certa insegurança a respeito deste conceito. Em momento algum eles foram convidados a explicar, porém a grande maioria admitiu que estão aprendendo com os treinamentos que a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização - CMTU tem realizado constantemente com os integrantes da cooperativa.

Questionados sobre as suas expectativas em relação à formação da cooperativa, os representantes das associações manifestaram as principais demandas que motivaram a mudança de estrutura organizacional e salientaram as seguintes: uma remuneração mais digna, pelo menos um salário mínimo; vender o material a preços melhores, através da eliminação de atravessadores, e conseguir crescer ao aprimorar as atividades, com maior infraestrutura e num espaço de trabalho mais adequado.

Quanto ao relacionamento entre os líderes das diferentes associações estudadas, há unanimidade quanto à existência de um bom relacionamento entre todos e isso favorece o bom andamento da cooperativa. Percebe-se que existe esforço em ultrapassar possíveis barreiras impeditivas de um projeto maior que poderá melhorar a vida de todos. Percebe-se também um entusiasmo generalizado, o que certamente é um elemento fundamental para o desenvolvimento da cooperativa e para aparar arestas e contratempos que possam surgir.

## **A Cooperativa De Catadores De Material Reciclável de Londrina – COOPERSIL**

Em setembro de 2009, foi criada a cooperativa COOPERSIL – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina, propondo-se ser um avanço em relação ao modelo de associação para um perfil mais

profissional e condizente com o desenvolvimento desta atividade. Fazem parte da cooperativa 15 das 35 Associações que compunham o programa de reciclagem existente em Londrina, totalizando 145 pessoas, mas esta apresenta-se aberta a incorporar outros interessados à medida em que a infraestrutura seja ampliada.

O perfil dos integrantes da cooperativa é predominantemente feminino, sendo 84% dos seus integrantes mulheres e apenas 16% homens. A faixa etária dos cooperados está entre 30 e 40 anos, o que representa cerca de 60% do total. A escolaridade é, de forma geral, bastante baixa, sendo 15% analfabetos, 37% estudaram até à 4ª série, 40% terminaram o ensino fundamental e apenas 3% têm ensino médio. Destaca-se que somente 1% está cursando o nível superior e 3% não quiseram opinar sobre esta questão.

Com a criação da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina (Coopersil), pretendeu-se humanizar o trabalho destes profissionais e garantir avanços no campo econômico através de uma maior remuneração com a formalização das atividades e a venda direta para as indústrias, havendo intenção de avançar para a universalização da coleta em toda a cidade.

A Prefeitura, por meio da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, auxiliou na formação da cooperativa, disponibilizou treinamento e capacitação em cooperativismo aos associados, além de disponibilizar 5 barracões para o desenvolvimento das atividades, até que estes possam assumir o custo do espaço. A cooperativa já possui 3 prensas, uma recebida do poder público e duas da empresa de embalagens Tetra Pak. As prensas são especialmente importantes por permitirem agregar maior valor ao produto, já que os consumidores preferem comprar esse tipo de produto prensado. Entretanto, a cooperativa ainda esbarra na falta de equipamentos essenciais, como esteira rolante que facilita a separação do material.

Após um período de discussões, que envolveram tanto a Prefeitura de Londrina como a sociedade civil em geral em janeiro de 2010, foram

estabelecidos os termos de parceria entre a Prefeitura e a Coopersil, balizados pela argumentação de que a responsabilidade pela coleta seletiva pertence à Prefeitura e já que essa tarefa está sendo desenvolvida pela cooperativa de catadores, sem integrantes remunerados adequadamente por isso. Como permite a Lei Federal 8.666/93, que rege as licitações, foi estabelecido o contrato entre a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) e a Coopersil, sem a necessidade de realização de processo licitatório. Ficou estabelecido que o município passasse a pagar aos trabalhadores da coleta seletiva R\$ 64 por tonelada de material comercializado. Além disso, ficou acertado que estes realizem visitas aos domicílios da cidade com a finalidade de conscientização ambiental da população e reforçarem a importância da separação dos resíduos, sendo esta atividade remunerada com R\$ 0,05 por domicílio visitado pelos catadores.

A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina – Coopersil – passou, assim, a ser contratada pela Prefeitura para realizar a coleta do material reciclável em toda a cidade. Os catadores passam a ter garantias asseguradas pela lei, como qualquer trabalho formal, têm também obrigações, como prestação de contas, recolhimento de impostos, como o INSS, e a emissão de nota fiscal. A organização dos catadores em forma de cooperativa, com contrato e todas as responsabilidades que cabem a uma empresa prestadora de serviço, é uma nova etapa no sistema de coleta seletiva de Londrina, iniciado há mais de uma década.

## **Desafios e perspectivas**

Diante dos resultados apurados, percebe-se a precária condição de vida das pessoas que trabalham com a coleta seletiva no município de Londrina, tornando-se uma das poucas alternativas para desempregados e subempregados, apesar da enorme relevância dos serviços prestados. O modelo organizacional inicialmente adotado – a associação – não conseguiu atender convenientemente às demandas desta atividade, o que resultou na necessidade de evoluir para o modelo cooperativo.

Nessa nova etapa, o modelo cooperativo adotado permitiu que se estabelecesse uma parceria estratégica com o poder público que, a princípio garante a consolidação das atividades e a viabilidade da Coopersil. Porém, não se pode deixar de alertar para o risco de cooptação desta organização por parte da Prefeitura, haja vista a dependência extrema que esta cooperativa passa a ter em relação ao poder público, o que poderá vir a limitar a autonomia tão acalentada pelos integrantes da entidade. Há que se superar a relação de subserviência e de dependência e evoluir para uma parceria em que os dois lados se apresentem com graus semelhantes de interesse no sucesso do acordo e que se ultrapasse a possível visão de assistencialismo para a de direitos constituídos.

O receio de interferência excessiva e até mesmo subordinação ao poder público em relação à gestão da cooperativa foi uma das principais razões de algumas associações terem hesitado em participar e outras não terem aderido ao acordo e preferir ficar fora da cooperativa, pelo menos nesse primeiro momento.

Considerando-se que a cooperativa é formada, não por um grupo coeso, mas por ex-associações que se integraram em novo formato jurídico, existe outro grande desafio que é conseguir trabalhar de forma integrada com consenso em questões fundamentais. Torna-se essencial para a cooperativa a construção de uma identidade própria capaz de criar convergência dos diferentes grupos e conduzir à coesão necessária para o desenvolvimento sadio das atividades ao longo do tempo. Nesse sentido, torna-se indispensável o aprendizado cooperativo, incorporando-se os princípios essenciais como a autogestão, a democracia interna, a solidariedade e a equidade, o que exige uma mudança cultural significativa e contínua.

A maior esperança de todos os catadores de material reciclável, que aceitaram a formação da cooperativa, é o reconhecimento da importância do seu trabalho e sua valorização, a garantia de uma remuneração justa, direitos assegurados e, talvez o mais relevante, o respeito de toda a sociedade. Ainda que todo o processo esteja no início e seja

prematura qualquer avaliação mais acurada, já se pode perceber um aumento significativo nos rendimentos dos trabalhadores que, em média, estão conseguindo ganhos de aproximadamente um salário mínimo por mês, o que é mais do dobro do que o alcançado antes da criação da cooperativa.

Há que se considerar o enorme desafio a ser enfrentado para a integração das diferentes associações num formato organizacional único, pois que isso exige a renúncia a individualidades e a interesses particulares em prol de um projeto conjunto. Esse esforço apresenta-se, ainda mais complexo, quando se conta com um expressivo número de membros que compõem a cooperativa, ainda mais num ambiente dominado pela escassez de recursos materiais, financeiros e educacionais. Esse desafio é enfrentado partindo-se de um novo arranjo organizacional em que os princípios da gestão democrática, da equidade e da sustentabilidade são elementos essenciais na condução das atividades e tornam-se vitrines para novas iniciativas amparadas na mesma racionalidade.

Ainda que existam possíveis ameaças na forma de parceria entre as organizações de economia solidária e o poder público, acredita-se que este relacionamento poderá tornar-se uma vocação particularmente interessante e promissora em que as cooperativas de economia solidária poderão ocupar o espaço de fornecedoras privilegiadas do Estado

criando-se um novo modelo de parceria entre o público e o privado e de mecanismos de inclusão social. Esse modelo poderá potencializar iniciativas populares, proporcionando a geração de trabalho coletivo e renda num processo de emancipação com benefícios estendidos a toda sociedade.

Londrina vem dando passos importantes referentes à gestão dos resíduos sólidos. Entretanto, não se pode esquecer que para os catadores esta situação é nova, e repleta de desafios a serem enfrentados. Este estudo pretende ser o primeiro de uma série que tentará acompanhar o desenvolvimento da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina – Coopersil, assim como a parceria que se estabeleceu com a Prefeitura Municipal de Londrina. Certamente se está diante de um modelo de economia solidária que desperta interesse ao viabilizar-se através da aproximação entre as demandas públicas e os serviços ofertados por cooperativas populares num processo de parceria sinérgica que tende a potencializar os resultados alcançados com benefícios socioeconômicos e ambientais, além de poder vir a ser um embrião de outros modelos de parceria em que a economia solidária poderá encontrar um formato particularmente interessante ao se desenvolverem políticas de priorização dessas organizações como fornecedoras e parceiras privilegiadas do poder público.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Disponível em: <[http://www.abrelpe.org.br/pdf/9\\_Conclusoes.pdf](http://www.abrelpe.org.br/pdf/9_Conclusoes.pdf)> acesso em 18 de mai. de 2009.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: Uma Tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo; Cortez 2007.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E URBANIZAÇÃO. Coordenadoria de Coleta Seletiva. 2009.

CRUZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: Uma alternativa para o desemprego.** Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas, 2000.

GRAYSON D.; HODGES A. **Compromisso social e gestão empresarial.** São Paulo: Publifolha, 2002.

A coleta seletiva em Londrina. **Jornal Folha de Londrina.** 22 de janeiro de 2009.

LIMA, J. C. **Desconcentração Industrial e precarização do trabalho: Cooperativas de Produção do Vestuário no Brasil,** 1998.

QUEIROZ, C. A. R. S. **Manual da cooperativa de serviços e trabalho.** 3. ed. São Paulo: STS, 1997.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 2º Edição

SINGER, P. **Introdução**. In: Sylvia Leser de Mello; (Org.). **Economia solidária e autogestão**. Encontros internacionais. São Paulo: NESOL, ITCP e PW, 2005,

\_\_\_\_\_. P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

TENÓRIO, F. G. **Gestão de Ong's: principais funções gerenciais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

